

**PROGRAMA
DE
GEOGRAFIA**

8ª Classe

1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Ficha Técnica

TÍTULO: Programa de Geografia - 8ª Classe

EDITORA: INIDE

IMPRESSÃO: GestGráfica, S.A.

TIRAGEM: 2.000 exemplares

LUANDA, 2.ª EDIÇÃO, Dezembro 2012

© 2012 INIDE

PROGRAMA APROVADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ÍNDICE

Introdução Geral à Disciplina no 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral ----	4
Objectivos Gerais da Disciplina no 1º Ciclo do Ensino Secundário -----	7
Objectivos Gerais da Disciplina na 8ª Classe -----	9
Temas/Subtemas -----	10
Distribuição dos Temas por Trimestres e Horas -----	12
Especificação dos Temas/Subtemas -----	13
Avaliação -----	29
Sugestões Bibliográficas -----	34

INTRODUÇÃO GERAL À DISCIPLINA NO 1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Os Programas de Geografia do 1º Ciclo do Ensino Secundário enquadram-se no contexto geral da Reforma Curricular, cujos princípios e orientações fundamentais estão definidos pela Lei de Bases do Sistema de Educação.

A nova organização dos planos curriculares está em conformidade com a nova estrutura do sistema educativo, que estabelece a estruturação do Ensino Secundário em dois ciclos: o 1º abrange as 7ª, 8ª, e 9ª classes; o 2º, a 10ª, 11ª e 12ª classes. Assenta nas análises e reflexões já realizadas sobre a estrutura curricular até então existente, derivando-se, entre outros aspectos pedagógicos, a necessidade de imprimir uma nova orientação ao processo educativo de modo a que este garanta uma formação integral dos alunos a partir dos três níveis cognitivos: o saber/conhecimentos, o saber fazer/habilidades e o saber ser/attitudes e valores.

A inclusão da disciplina de Geografia nas três classes que compreendem o 1º ciclo do Ensino Secundário Geral teve em consideração um conjunto de pressupostos, considerados fundamentais.

O primeiro pressuposto diz respeito à função da escola de Ensino Geral, Primário e Secundário, de preparar o aluno para a vida laboral e proporcionar-lhe um sistema de conhecimentos geográficos básicos que são alicerces dos princípios das ciências, nas quais se inclui a ciência geográfica, assim como desenvolver nele habilidades e attitudes e valores.

O segundo pressuposto assenta na necessidade de aquisição de conhecimentos básicos de Geografia, dada a sua importância para a vida em sociedade, particularmente para o desempenho das funções de cidadania: cada cidadão, ao conhecer as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, bem como de outros lugares, pode comparar, explicar, compreender e especializar as múltiplas relações que diferentes sociedades em épocas variadas estabeleceram, e estabelecem, com a Natureza na construção do seu espaço geográfico.

Partindo deste pressuposto, na formação integral assinala-se um papel preponderante para o desenvolvimento de attitudes e da consciencialização de valores, subordinados à aquisição de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades e às attitudes/valores. É evidente que esta aspiração dos programas não poderá, em modo nenhum, reflectir-se na reformulação das metodologias

de ensino e aprendizagem até agora praticadas e muito sujeitas aos padrões tradicionais. Este projecto considera o aluno o centro do processo de aprendizagem, para que ele participe de forma activa, para que construa e avalie a sua própria aprendizagem e incentive a sua autonomia.

Os programas apresentam-se como instrumentos que regulam o processo de ensino e aprendizagem, tendo como ponto de partida um sistema de objectivos a desenvolver, em função dos quais foram seleccionados conteúdos capazes de alcançar as aspirações traçadas; incluem-se ainda orientações relativas ao processo de avaliação, que é pretendida como formativa e orientada sob uma perspectiva cognitiva.

É de referir que os programas são projectos em aberto, cuja reformulação aguarda pelos contributos críticos dos professores, que têm a responsabilidade de os aplicar.

Os programas integram as seguintes componentes: objectivos gerais da disciplina no ciclo; objectivos gerais da disciplina na classe; blocos de conteúdos; sugestões metodológicas para cada tema, por disciplina, na classe; orientações para a avaliação da disciplina no ciclo e sugestões bibliográficas.

O conjunto destas componentes delimita o quadro de educação pedagógica.

Os objectivos gerais da disciplina no ciclo desempenham uma função orientadora mais imediata. Estabelecem as capacidades que se espera que os alunos venham a adquirir, no âmbito da disciplina em cada classe, finda a etapa da escolaridade considerada.

Os objectivos aparecem referidos a três domínios fundamentais: conhecimentos, habilidades e atitudes/valores.

A ordenação dos objectivos não significa, em modo algum, a preponderância daqueles que são relativos às aquisições cognitivas sobre aqueles que se referem às habilidades e às atitudes.

O modelo de estrutura curricular adoptado exige atenção particular às atitudes/valores e ao desenvolvimento das habilidades, contrariamente à tendência tradicional de ignorá-los ou de relegá-los para plano secundário.

Os objectivos, nos três domínios fundamentais, são de desenvolvimento futuro, e devem ser prosseguidos ao longo de toda a etapa da escolaridade, visando uma consecução terminal.

Os objectivos gerais da disciplina na classe estão dirigidos à prossecução do desenvolvimento de habilidades e conhecimentos ao longo do ano lectivo. Isto não significa que essas habilidades e conhecimento não tenham continuidade em etapas posteriores, em conformidade com a natureza dos conteúdos.

Os conteúdos de cada disciplina na classe foram seleccionados em função dos respectivos objectivos e das exigências da ciência geográfica. **Estão estruturados num esquema conceptual de relativa generalidade para, desta maneira, permitir-se ao professor uma certa flexibilidade no tratamento dos mesmos.**

É de referir que os conteúdos compreendem tanto o sistema de conhecimentos (factos, fenómenos, princípios, conceitos) como as habilidades.

As sugestões metodológicas de cada tema prescrevem, sempre que é necessário, a utilização de estratégias e a organização de actividades sem as quais não pode ser concretizada uma grande parte dos objectivos, tanto os que se referem ao desenvolvimento de habilidades como aos que dizem respeito às atitudes/valores, e sem as quais não se atinge a referida clarificação de temas e respectivos conteúdos.

Na actualidade registam-se no País rápidas transformações económicas e sociais rumo ao desenvolvimento. Neste sentido, corresponde ao professor manter-se actualizado, particularmente no que diz respeito à divisão político-administrativa do território (*anexação e desanexação de territórios, surgimento de novos municípios ...*) e o desenvolvimento dos transportes e as comunicações (*reabilitação de linhas férreas, construção de novos aeroportos e estradas, modernos meios de transporte ...*).

Salienta-se ainda que, em conformidade com o explicitado nas sugestões metodológicas, se deve comparar a distribuição espacial dos fenómenos analisados em cada tema com a sua distribuição na localidade (província/município), isto é, contextualização local.

No que diz respeito à avaliação, são apontados os meios e instrumentos específicos para a sua concretização. Por último, refere-se que os programas foram elaborados prevendo um ano lectivo de 30 semanas para o seu desenvolvimento.

OBJECTIVOS GERAIS DA DISCIPLINA NO 1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

No domínio dos conhecimentos:

- › Compreender aspectos essenciais sobre a origem da Terra, segundo teorias Modernas;
- › Compreender aspectos importantes que regem o desenvolvimento do planeta Terra;
- › Revelar compreensão acerca das particularidades da Natureza e da sociedade ao analisar fenómenos físicos e geográficos e socioeconómicos;
- › Manifestar compreensão acerca das características gerais do ambiente natural e social que o circunda;
- › Relacionar a existência de interacção entre as condições naturais, ambientais e humanas na distribuição da população;
- › Reconhecer que o desenvolvimento socioeconómico só é possível com a progressiva eliminação das diferenças relativas ao bem-estar e à qualidade de vida;
- › Reconhecer a necessidade de mudança e necessidade de mudança da escala de análise na compreensão do espaço geográfico.

No domínio das habilidades/capacidades:

- › Expressar-se de forma clara, oralmente e por escrito;
- › Utilizar correctamente a terminologia específica da disciplina;
- › Localizar correctamente objectos e fenómenos geográficos;
- › Utilizar os métodos indutivo e dedutivo no estudo de fenómenos geográficos;
- › Recolher, registar e tratar diferentes tipos de informação;
- › Utilizar adequadamente técnicas de expressão gráfica e cartográfica ao longo do processo de aprendizagem;
- › Participar através da procura e da apresentação de soluções fundamentais para a resolução de problemas espaciais;
- › Desenvolver o estudo independente ao trabalhar de forma autónoma no aprofundamento e explicação de noções/conceitos, de fenómenos físicos e geográficos e de fenómenos socioeconómicos;

- › Manifestar organização ao trabalhar com ordem e limpeza.

No domínio das atitudes/valores:

- › Demonstrar espírito de tolerância e capacidade de diálogo crítico;
- › Valorizar a obra da Natureza e a acção positiva do Homem sobre ela;
- › Desenvolver comportamentos responsáveis face aos problemas populacionais e ambientais;
- › Valorizar as diferenças entre indivíduos, povos e culturas;
- › Interessar-se pela melhoria da qualidade de vida das populações, associando-a à valorização do património natural e cultural;
- › Revelar hábitos de convivência democrática;
- › Demonstrar atitudes de respeito e de solidariedade para com as pessoas e povos de diferentes culturas;
- › Intervir na resolução de problemas concretos da comunidade em que está inserido, devidamente enquadrado em esquemas de apoio;
- › Reconhecer a existência de superfícies emersas e suas particularidades mais significantes;
- › Desenvolver sentido de localização de objectos geográficos;
- › Compreender características gerais da estrutura interna da Terra, do processo de formação do relevo terrestre e de processos de fenómenos que ocorrem no seu interior;
- › Compreender aspectos essenciais da atmosfera terrestre e de fenómenos que nela têm lugar;
- › Identificar a existência de diferentes zonas climáticas e sua distribuição no planeta;
- › Reconhecer factores no crescimento, distribuição e mobilidade da população;
- › Compreender problemas decorrentes do rápido crescimento da população;
- › Reconhecer diferenças entre países ricos e países pobres;
- › Compreender a natureza sistémica do planeta Terra e a sua vulnerabilidade face às actividades humanas.

OBJECTIVOS GERAIS DA DISCIPLINA NA 8ª CLASSE

Com o desenvolvimento dos diferentes temas, pretende-se que os alunos:

- › Se sensibilizem para o conhecimento do espaço angolano;
- › Desenvolvam sentido de localização para objectos geográficos de Angola;
- › Compreendam os aspectos mais significativos da evolução geológica de Angola;
- › Reconheçam a desigual distribuição da população no espaço angolano;
- › Reconheçam que o desigual desenvolvimento entre as áreas rurais e urbanas influencia o movimento de pessoas, bens e informação;
- › Compreendam a existência de desigualdades na organização espacial do território angolano;
- › Reconheçam que o desenvolvimento do país depende em grande medida da boa gestão dos recursos existentes e de políticas adequadas para a sua protecção;
- › Compreendam a importância do planeamento ecológico na organização do território angolano;
- › Participem em programas que visem a protecção do património natural e cultural e a melhoria das condições de vida das populações angolanas;
- › Se consciencializem de que o bem-estar é condição indispensável ao desenvolvimento do país.

TEMAS/SUBTEMAS

Tema 1 - Angola: conhecer o território.

- 1.1. A localização de Angola em África e no mundo.
- 1.2. A divisão administrativa.
- 1.3. A morfologia costeira.
- 1.4. A evolução geomorfológica do território angolano.
- 1.5. O potencial hídrico de Angola.
- 1.6. Os climas de Angola.
- 1.7. Ecossistemas: fontes de bem-estar e riqueza.

Tempo previsto 14 aulas

Tema 2 - Angola: potencial humano, tendências, problemas e soluções.

- 2.1. O crescimento da População Angolana: problemas e soluções.
- 2.2. Os comportamentos demográficos perante o nascimento e a morte.
- 2.3. A distribuição espacial da população angolana.
- 2.4. A estrutura da população angolana.
- 2.5. Que política demográfica para Angola?

Tempo previsto 14 aulas

Tema 3 - Angola: gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento.

- 3.1. Os recursos hídricos: protecção e gestão.
- 3.2. Os recursos energéticos: suporte da actividade humana.
- 3.3. Os recursos minerais: problemas na exploração.
- 3.4. Os recursos florestais: problemas e soluções.
- 3.5. O solo: a problemática da sua utilização.
- 3.6. Consequências ecológicas da má gestão dos recursos naturais.

Tempo previsto 12 aulas

Tema 4 - Angola: pensar no futuro.

- 4.1. Gestão dos recursos para o desenvolvimento.
- 4.2. As riquezas do mar

- 4.3. A actividade industrial e a promoção do desenvolvimento.
- 4.4. Os transportes e as comunicações para o desenvolvimento local.
- 4.5. A integração de Angola nos espaços africano e mundial.

Tempo previsto 10 aulas

Tema 5 - Angola: organização do espaço e ordenamento do território.

- 5.1. As áreas urbanas: disparidades a atenuar.
- 5.2. As áreas rurais: sua valorização.
- 5.3. A planificação ecológica no ordenamento do território.

Tempo previsto 6 aulas

DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS POR TRIMESTRES E HORAS**1º TRIMESTRE**

Tema 1 - Angola: conhecer o território	14 aulas
Tema 2 - Angola: potencial humano, tendências, problemas e soluções	6 aulas
(apenas os subtemas 2.1 e 2.2)	
Subtotal	20 aulas

2º TRIMESTRE

Tema 2 - Angola: potencial humano, tendências, problemas e soluções	8 aulas
(subtemas 2.3, 2.4 e 2.5)	
Tema 3 - Angola: a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento	12 aulas
Subtotal	20 aulas

3º TRIMESTRE

Tema 4 - Angola: pensar no futuro	10 aulas
Tema 5 - Angola: organização do espaço e o ordenamento do território	6 aulas
Reserva	4 aulas
Subtotal	20 aulas
Total anual	60 aulas

ESPECIFICAÇÃO DOS TEMAS/SUBTEMAS

Tema 1 - Angola: conhecer o território

Subtemas:

- 1.1. A localização de Angola em África e no mundo.
 - 1.1.1. Limites.
 - 1.1.2. Dimensões.
- 1.2. A divisão administrativa.
 - 1.2.1. As divisões administrativas pós-independência.
 - 1.2.2. As áreas territoriais que compreende o território angolano.
- 1.3. A morfologia costeira.
 - 1.3.1. O litoral e factores responsáveis pela morfologia costeira.
 - 1.3.2. Correntes marítimas ou oceânicas.
 - 1.3.3. Zonagem litoral: principais características.
- 1.4. A evolução geológica do território angolano.
 - 1.4.1. A tabela do tempo geológico.
 - 1.4.2. As grandes unidades geológicas do território angolano: características principais.
- 1.5. O potencial hídrico de Angola.
 - 1.5.1. Vertentes de escoamento das águas.
 - 1.5.2. Principais rios.
- 1.6. Os climas de Angola.
 - 1.6.1. Factores climáticos que influenciam no clima de Angola .
 - 1.6.2. Tipos de clima.
- 1.7. Ecossistemas: fontes de bem-estar e riqueza.
 - 1.7.1. Ecossistemas terrestres no território angolano.
 - 1.7.2. Áreas de protecção ambiental: parques e reservas.

Termos/noções básicas/conceitos:

Geografia Física	Rocha Ígnea
Geografia Humana	Mapa Hipsométrico
Meridianos	Altimetria
Paralelos	Arriba Marinha
Atmosfera	Depressão Relativa
Litosfera	Rede Hidrográfica
Hidrosfera	Depressão Relativa
Sudoeste	Rede Hidrográfica
Equador	Bacia Hidrográfica

Trópico de Capricórnio	Perfil Longitudinal
Linha de costa	Vertente Hidrográfica
Fronteira terrestre	Caudal do Rio
Fronteira Fluvial	Curso do Rio
Divisão Político-Administrativa	Declive
Correntes oceânicas	Afluente
Ondas	Clima
Marés	Elementos do Clima
Morfologia Costeira	Factores do Clima
Restingas	Temperatura Atmosférica
Zonagem Litoral	Precipitação Atmosférica
Foz do Rio	Humidade Relativa
Ecosistema	Humidade Absoluta
Erosão Costeira	Ponto de Saturação
Poluição Marinha	Pressão Atmosférica
Desertificação	Secura
Cascalho	Diversidade Biológica
Mangais	Ecosistema Terrestre
Geólogo	Floresta-Galeria
Fóssil	Savana
Rocha Sedimentar	Estepe
Rocha Metamórfica	Área de Protecção Ambiental

Sugestões metodológicas:

Com a abordagem do tema 1, pretende-se que os alunos consolidem conhecimentos do território nacional, multifacetado e resultante de contrastes espaciais e socioculturais.

Assim, pretende-se que:

- › Se salientem as características da situação geográfica de Angola, os seus limites, as principais dimensões e configuração, evidenciando as coordenadas extremas: a proximidade do equador e do Trópico de Capricórnio;
- › Se referenciem as fronteiras terrestres e a fronteira marítima. Afigura-se importante a localização dos países que limitam Angola e suas respectivas capitais;
- › Se compare a extensão superficial do território nacional com a de países limítrofes e de outros do mesmo continente;

- › Se refiram os aspectos mais salientes da evolução da divisão administrativa de Angola, antes e depois da independência nacional (distritos/concelhos/circunscrições, províncias/municípios/comunas);
- › Se refira a organização do território angolano, estruturado em províncias, municípios, comunas e bairros ou povoações;
- › Especial referência para a Divisão Político-Administrativa das províncias de Luanda e Bengo (Lei n.º 29/11 de 1 de Setembro - Lei de Alterações), assim como a Lei de Criação do Município de Belas na província de Luanda (Lei n.º 17/11 de 21 de Abril) e outra legislação da criação de municípios noutras províncias;
- › Se destaquem as cidades mais importantes, tendo em conta o tamanho da sua população, níveis de desenvolvimento e outros aspectos sobressalientes.
- › Se refiram as formações sedimentares do litoral angolano nos períodos geológicos que tiveram lugar: Cretácico e Holocénico;
- › Se salientem as características mais acentuadas da linha da costa: praias de areia, arribas, restingas arenosas e grandes extensões arenosas do deserto do Namibe;
- › Se evidenciem as características mais acentuadas da linha da costa (zonagem litoral): costa de Cabinda, da foz do rio Zaire a Luanda, de Luanda a Porto Amboim, de Porto Amboim a Lobito, de Lobito a Benguela, de Benguela ao Namibe e do Namibe à foz do rio Kunene;
- › Se relacione a influência das condições climáticas com o modelado da morfologia costeira: precipitação e agitação marítima;
- › Se saliente o rompimento da Península dos Tigres, como indicativo de um processo erosivo. Ao fazer a abordagem da acção erosiva do mar sobre a linha da costa, referir os principais acidentes litorais (pontas, cabos e baías);
- › Se salientem os principais portos: de pesca e comerciais;
- › Se refiram problemas originados junto dos aglomerados urbanos pelo recuo da costa: erosão de intensidade variável em Lândala, Luanda, Porto Amboim, Sumbe, Lobito, Benguela e Tombwa;
- › Se realcem trabalhos de estabilização do litoral angolano: construção de esporões;
- › Se refiram aspectos gerais da evolução geológica do território angolano, evidenciando a existência de diferentes unidades ou formações geológicas;

- › Se salientem os diferentes tipos de rochas que afloram à superfície. É de realçar, na abordagem deste aspecto, ainda que de forma breve, as Eras em que é dividido o tempo geológico (Eras geológicas), duração aproximada e principais acontecimentos que tiveram lugar em cada uma delas;
- › Se refiram as principais características de cada uma das unidades geológicas de Angola, atendendo ao espaço que ocupam, tipos de rochas e recursos minerais existentes;
- › Se relacione a localização de petróleo, fosfatos, etc., com a existência de rochas sedimentares;
- › Se evidencie a existência de zonas de relevo bem diferenciadas;
- › Se saliente, de forma breve, as formas que originam a formação do relevo (agentes externos), os agentes erosivos e as principais formas de relevo existentes: montanhas, planícies, depressões, planaltos;
- › Se saliente a maior altitude de Angola: o Morro do Môco;
- › Se saliente a existência, em Angola, de quatro grandes zonas de relevo, atendendo à localização, tipo de relevo predominante, rochas e recursos minerais existentes, etc.
- › Se relacionem as características do relevo de Angola com certas características dos rios.
- › Se evidencie a existência, no território angolano, de numerosos rios;
- › Se analisem perfis longitudinais e transversais de alguns rios angolanos a fim de observar desníveis e vertentes;
- › Se evidencie a existência, no território angolano, de importantes bacias hidrográficas, salientando os principais rios que cada uma delas compreende;
- › Se salientem os rios mais importantes de cada vertente, atendendo a: nascimento, extensão e desembocadura;
- › Se seleccione um ou dois dos rios mais importantes a fim de caracterizá-los, atendendo a: lugar de nascimento, tipo de relevo das regiões que atravessa, desembocadura e extensão;
- › Se evidencie a importância do potencial energético dos rios angolanos;
- › Se saliente a construção e reabilitação de barragens hidroeléctricas e sua importância para o desenvolvimento do país.

- › Se salientem os factores que compõem as particularidades específicas dos climas de Angola;
- › Se analise a diferença entre clima e tempo atmosférico, a fim de favorecer o conhecimento sobre o clima;
- › Se evidencie o clima como algo resultante de processos meteorológicos, determinado por um complexo de condições físicas e geográficas;
- › Se salientem os elementos do clima: temperatura, pressão atmosférica, humidade, direcção e velocidade do vento e precipitações, evidenciando os seus comportamentos no território nacional;
- › Se refira a variação dos elementos do clima devido a altitude, correntes marinhas, proximidade ou afastamento de territórios em relação ao mar (factores climáticos), evidenciando que qualquer um deles contribui para que os elementos do clima se manifestem de forma diferente;
- › Se evidencie a existência, em Angola, de três tipos de climas quentes, salientando-se os lugares com predominância de determinado clima;
- › Se analisem gráficos termopluiométricos de diferentes cidades de Angola, atendendo ao comportamento mensal das temperaturas e das precipitações.
- › Se evidencie a existência de diferentes ecossistemas terrestres, resultantes da interacções dos diferentes componentes ou elementos do meio natural: florestas húmidas e densas, savanas, estepes e deserto;
- › Se relacione o relevo, as condições climáticas e o regime dos rios com a existência de diferentes zonas naturais no território angolano;
- › Se salientem as características mais acentuadas dos ecossistemas terrestres de Angola, atendendo a: vegetação, precipitações, temperaturas, espécies animais, etc., evidenciando as interacções entre os seus componentes;
- › Se destaque a existência da Palanca Negra Gigante ou Palanca Real, apenas existente em Angola;
- › Se saliente a existência, no território nacional, de diferentes tipos de áreas para a protecção de espécies animais e vegetais (áreas de protecção ambiental) – parques nacionais, reservas integrais, reservas parciais, etc. –, destacando tanto as suas dimensões como património ambiental, bem como a sua fragilidade como sistema;
- › Se saliente a importância da preservação das áreas protegidas e a adequada gestão, como forma de assegurar o bem-estar e um desenvolvimento sustentável.

Tema 2 - Angola: potencial humano, tendências, problemas e soluções.

- 2.1. O crescimento da população angolana: problemas e soluções.
- 2.2. Os comportamentos demográficos perante o nascimento e a morte
 - 2.2.1. Natalidade.
 - 2.2.2. Esperança de vida .
 - 2.2.3. Mortalidade.
 - 2.2.4. Mortalidade infantil.
 - 2.2.5. O VIH e SIDA em Angola.
- 2.3. A distribuição espacial da população angolana.
 - 2.3.1. Grandes vazios humanos: que soluções?
 - 2.3.2. Concentração da população nas cidades: o caso de Luanda.
 - 2.3.3. Movimentos da população: o êxodo rural.
- 2.4. A estrutura da população angolana.
 - 2.4.1. Estrutura etária.
 - 2.4.2. Representação gráfica: as pirâmides etárias.
 - 2.4.3. Estrutura etária da população angolana.
- 2.5. Que política demográfica para Angola?

Termos/noções básicas/conceitos:

Censo Populacional	Tripanosomiase
População Absoluta	Taxa de Mortalidade
Crescimento natural ou Vegetativo	Mortalidade Infantil
Migrações	Taxa de Mortalidade Infantil
População Economicamente Activa	Assimetria Regional
Fecundidade	Densidade Populacional
Mortalidade Infantil	Desenvolvimento Sustentável
Êxodo Migratório	Crédito
Natalidade	Imposto
Taxa de natalidade	Êxodo Rural
Esperança de Vida	Estrutura Etária
Mortalidade	Pirâmide Etária
Patologia	Fome
Doença Transmissível	Vulnerável
Doença Não Transmissível	Endemias
Vector	Tuberculose

Sugestões metodológicas:

A abordagem do tema 2 pretende que os alunos compreendam o papel da população no bem-estar e no desenvolvimento, as principais características sociodemográficas, causas e consequências de fenómenos populacionais e as bases essenciais para uma futura política da população de Angola.

Assim, pretende-se que:

- › Se analise a evolução do crescimento da população de Angola, a partir dos primeiros censos populacionais realizados, e as projecções para diferentes períodos, realizados por especialistas nacionais e/ou organismos intencionais;
- › Se saliente a importância da realização de censos demográficos ou populacionais para o país, evidenciando as vantagens do conhecimento dos seus resultados;
- › Se analisem diversos problemas (sociais e económicos) decorrentes de um rápido crescimento da população: necessidades de habitação, alimentação, empregos, etc.;
- › Se relacionem os conflitos, o rápido crescimento da população e o aumento de necessidades vitais, evidenciando, com a participação dos alunos, possíveis soluções;
- › Se evidenciem os diferentes comportamentos demográficos na actualidade, a nível do país, relativamente a:
 - Natalidade
 - Fecundidade
 - Mortalidade (Geral)
 - Mortalidade Infantil
 - Esperança Média de Vida
- › Se relacionem os diferentes comportamentos demográficos com os ritmos de crescimento da população angolana;
- › Se evidencie a tendência actual em Angola para o aumento da natalidade e da mortalidade;
- › Se realce o papel da cooperação internacional na redução da mortalidade infantil em Angola, evidenciando os diferentes planos no domínio da medicina preventiva;
- › Se saliente as medidas preventivas do VIH e SIDA.

- › Se evidencie a interacção entre condições físicas e humanas na distribuição espacial da população angolana;
- › Se salientem os reflexos, em termos de condições naturais e humanas, do movimento da população;
- › Se evidencie a desigual distribuição da população angolana, salientando a existência de vastas zonas de vazios humanos e de outras, particularmente nas grandes cidades do litoral, de grandes aglomerados populacionais;
- › Se realce a influência da instabilidade do país nos últimos anos, na concentração da população nas cidades, evidenciando-se os diversos problemas causados;
- › Se saliente a forte concentração da população na capital do país, relacionando-a com o aumento das necessidades, limitação de serviços prestados, assim como a degradação de infra-estruturas, sobretudo populacionais;
- › Se avalie o impacto da forte concentração da população na capital do país na qualidade de vida dos seus habitantes, evidenciando algumas das soluções aos problemas causados;
- › Se evidenciem as principais causas do movimento da população;
- › Se refiram as principais consequências das migrações nas áreas de saída e de chegada, realçando-se o fenómeno do “êxodo rural”;
- › Se evidencie que a redistribuição da população pode atenuar os desequilíbrios ainda existentes em Angola.
- › Se avaliem os reflexos dos comportamentos demográficos na estrutura etária da população angolana, salientando os problemas decorrentes da juventude da população;
- › Se salientem tipos de políticas demográficas existentes em vários países, evidenciando o seu carácter liberal ou repressivo;
- › Se evidenciem os principais fundamentos para uma futura política de população para Angola.

Tema 3 - Angola: gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento

- 3.1. Os recursos hídricos: protecção e gestão.
 - 3.1.1. Águas subterrâneas
 - 3.1.2. Águas minero-medicinais
 - 3.1.3. Água potável: desigualdades na sua distribuição.
 - 3.1.4. Gestão e protecção das águas.
- 3.2. Os recursos energéticos: suporte da actividade humana.
- 3.3. Os recursos minerais: problemas na exploração.
- 3.4. Os recursos florestais: problemas e soluções.
 - 3.4.1. Aplicações das florestas.
 - 3.4.2. Papel das florestas no equilíbrio ambiental
- 3.5. O solo: a problemática da sua utilização.
 - 3.5.1. Problemas do sector agrícola.
 - 3.5.2. Actividade agrícola.
 - 3.5.3. Protecção dos solos.
- 3.6. Consequências ecológicas da má gestão dos recursos naturais.

Termos/noções básicas/conceitos:

Recursos Hídricos	Património
Água Potável	Espécie Exótica
Potencialidade Hídrica	Inesgotável
Actividade Terciária	Reflorestação
Betume	Resíduos Tóxicos
Hidroelectricidade	Delapidar
Biomassa	Revolução Industrial
Metalurgia	Detritos Nocivos
Maleável	Biodegradável
Património	

Sugestões metodológicas:

Com a abordagem do tema 3, pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos acerca do potencial natural de Angola e se apercebam da importância de uma correcta política de gestão dos seus recursos naturais.

Assim sendo, pretende-se que:

- › Se saliente a importância da água para a vida do planeta, salientando brevemente algumas das propriedades que a tornam num elemento indispensável para as actividades humanas;

- › Se faça referência aos vários subsistemas que compõem o ciclo hidrológico, ou ciclo da água, dentro do qual a água da atmosfera constitui um dos mais importantes recursos naturais que, embora mantendo o seu valor constante dentro do ciclo, apresenta grandes irregularidades na sua distribuição espacial;
- › Se analise a frequência e ritmos de precipitação atmosférica em Angola, tendo como base a abordagem do tema 1;
- › Se faça a inventariação da água superficial e subterrânea existente em Angola a fim de se conhecer as disponibilidades hídricas;
- › Se reflecta sobre o regime dos rios angolanos, procurando analisar a influência de factores naturais e de actividades humanas no seu caudal;
- › Se exemplifiquem reservas subterrâneas existentes em vários lugares do território nacional, salientando-se, em particular, as águas minero-medicinais.
- › Se analisem problemas relacionados com a distribuição e utilização da água potável, a partir de duas vertentes fundamentais: rede de distribuição urbana, custo e qualidade; e organização administrativa das redes de abastecimento de água;
- › Se salientem os problemas que se colocam tanto ao consumo de água não tratada, como à evacuação das águas usadas;
- › Se faça referência ao controlo quantitativo da água, sendo oportuno reflectir sobre estratégias direccionadas para a racionalização do consumo, tratamento, reutilização e aplicação da água para fins agrícolas e energéticos;
- › Se destaque a dificuldade na obtenção de água potável em determinadas zonas do território nacional, salientando-se a dificuldade que a falta de água coloca à sobrevivência das populações;
- › Se saliente, a partir da vivência dos alunos, a problemática existente com a gestão da água a nível individual e doméstico.
- › Se evidencie a existência, no território angolano, de combustíveis fósseis – petróleo e gás natural –, salientando a sua importância para a industrialização do país;
- › Se salientem as enormes aplicações do petróleo como fonte de matérias-primas;

- › Se salientem as principais áreas, no país, produtoras de petróleo, produção obtida e estimativas de reservas;
- › Se analise a importância do gás natural e se refiram produções nacionais obtidas;
- › Se saliente a importância da hidroelectricidade como energia eléctrica produzida nas barragens, para as actividades económicas e para uso doméstico;
- › Se faça a inventariação das barragens construídas e em funcionamento, assim como suas capacidades de produção de energia eléctrica;
- › Se analisem as redes de distribuição/consumo de energia, tendo em atenção as disparidades entre as áreas urbano/residenciais e as áreas rurais;
- › Se salientem as condições de segurança do armazenamento, distribuição e utilização de combustíveis líquidos e gasosos, principalmente para usos industriais e domésticos, em áreas de forte concentração populacional;
- › Se evidencie a existência de uma parte significativa da população angolana com limitados acessos a energia eléctrica;
- › Se explicitem outros tipos de energia, como a solar, pelos grandes benefícios que reportariam às populações rurais, e não só;
- › Se mencionem, ainda que de forma breve, esforços no domínio da política energética nacional;
- › Se evidencie a existência, no subsolo angolano, de variados recursos minerais, salientando a relação entre a exploração dos recursos do subsolo e a sua utilização na indústria transformadora;
- › Se inventariem e localizem os principais recursos minerais, recorrendo a uma análise breve das características geomorfológicas do território nacional;
- › Se evidencie a dependência externa referente às tecnologias de exploração;
- › Se saliente a necessidade de garantir a segurança e a saúde da mão-de-obra, bem como a preservação e protecção do ambiente;
- › Se reflecta sobre as possíveis vantagens da integração de Angola na SADC no domínio da formação profissional, na participação em programas de investigação de novas tecnologias de prospecção e/ou utilização de recursos minerais.

- › Se inventariem e localizem as principais áreas de floresta de Angola, recorrendo a uma análise da existência de espécies arbóreas para a produção de madeira e de plantas medicinais para o tratamento de várias patologias;
- › Se realce a importância de investimentos que incentivem investigações biogenéticas sobre o potencial florestal de Angola;
- › Se saliente a necessidade de promover esforços no sentido de valorizar os recursos florestais, divulgando não só o valor económico de espécies arbóreas, mas também a efectividade de numerosas plantas medicinais para procedimentos terapêuticos.

A abordagem do subtema “O solo: problemática da sua utilização” pressupõe que se compreenda o potencial agrícola do país, que em períodos anteriores exportava quantidades significativas de variados produtos, ocupando lugares cimeiros a diferentes escalas, sendo importante que se reflecta sobre os factores que impedem o desenvolvimento do sector agrícola.

Assim sendo, pretende-se que:

- › Se inventarie a superfície considerada como de aptidão agrícola no território nacional, salientando os tipos de agricultura existentes, assim como os tipos de parcelas predominantes;
- › Se salientem as principais características da agricultura tradicional angolana, analisando as suas desvantagens;
- › Se faça referência à diversidade de espécies vegetais, sugerindo-se o seu agrupamento em: cereais, feculentos, fibras têxteis, etc., salientando o valor económico;
- › Se salientem espécies animais existentes e sua importância no desenvolvimento agrícola;
- › Se refiram problemas inerentes ao funcionamento do sector agrícola, bem como às condições de vida da população dela dependente;
- › Se salientem as causas de baixos níveis de produção agrícola e agropastorícia;
- › Se saliente a importância da dependência do sector agro-alimentar, analisando as ajudas alimentares de governos e de organismos internacionais;

- › Se reflecta sobre medidas para a revitalização do sector agrícola angolano, assim como as referidas à ulterior melhoria do estado de saúde da população ao nível da produção agrícola, das indústrias agro-alimentares, dos hábitos alimentares e outros;
- › Se exemplifiquem situações de grave inadequação no uso do solo agrícola: queimadas, pastoreio intensivo, etc., equacionando as consequências daí decorrentes;
- › Se faça referência a algumas das consequências da má gestão dos recursos naturais, salientando os efeitos do esgotamento das reservas de combustíveis fósseis, de reservas minerais de água doce, dos solos aráveis e da extinção de espécies animais;
- › Se faça referência, de forma breve, à legislação existente no país em matéria de gestão e preservação dos recursos naturais.

Tema 4 - Angola: pensar no futuro

4.1. Gestão dos recursos para o desenvolvimento.

4.1.1. O potencial agrícola: desafios

4.2. As riquezas do mar

4.2.1. A frota de pesca.

4.3. A actividade industrial e a promoção do desenvolvimento.

4.3.1. O sector industrial angolano.

4.3.1.1. A indústria extractiva.

4.3.1.2. A indústria transformadora.

4.4. Os transportes e as comunicações para o desenvolvimento local.

4.4.1. A importância dos transportes na vida moderna.

4.4.1.1. Transporte ferroviário.

4.4.1.2. Transporte aéreo.

4.4.1.3. Transporte marítimo.

4.4.2. Importância das novas tecnologias de comunicação e informação.

4.4.2.1. Sistemas de transferência da informação.

4.4.2.2. As telecomunicações em Angola.

4.5. A integração de Angola nos espaços africano e mundial.

Termos/noções básicas/conceitos:

Segurança Alimentar
Biocombustível
Pesca Fluvial-Lacustre
Aquicultura
Região Subsariana
Fibras Ópticas

Sugestões metodológicas:

Com a abordagem do tema, pretende-se que:

- › Se refira, de forma breve, a importância de um aproveitamento racional dos diferentes recursos para o desenvolvimento económico e social das diferentes regiões do país;
- › Se evidencie a existência de condições naturais favoráveis ao desenvolvimento do sector agrícola, salientando os desafios que se impõem para a efectivação de programas de desenvolvimento que favoreçam a auto-suficiência na produção agrícola, que garantam níveis desejáveis da produção agrícola, o fomento de indústrias agro-alimentares e a educação da população no sentido da superioridade dos produtos locais em relação aos importados.
- › Se evidencie a existência, no mar angolano, de importante biomassa, tanto em quantidade como em qualidade, capaz de satisfazer a segurança alimentar da população angolana;
- › Se inventariem as principais zonas de pesca, salientando as características e capacidade da frota de pesca e principais produções.
- › Se evidencie a importância da introdução de novas tecnologias de comunicação e informação no desenvolvimento do país, realçando os esforços das autoridades neste sentido.
- › Se saliente os esforços para a reabilitação e construção de vias de comunicação (estradas, caminhos-de-ferro, aeroportos) que tem permitido a mobilidade de pessoas e bens;
- › Se saliente a integração de Angola em instituições económicas e financeiras, africanas e mundiais, e suas finalidades. É indispensável realçar a integração de Angola na Comunidade de Países da África Austral (SADC) e os programas que coordena;

- › Salientar-se-ão as relações de cooperação com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em diferentes domínios.

Na análise das diferentes relações, sugere-se que se reflecta sobre a importância da cooperação com os restantes países africanos.

Sugere-se que se identifiquem os principais parceiros comerciais (dentro e fora da SADC), procedendo, sempre que possível, a uma análise da composição e evolução do comércio externo.

Tema 5 - Angola: organização do espaço e ordenamento do território

- 5.1. As áreas urbanas: disparidades a atenuar.
 - 5.1.1. Área urbana.
 - 5.1.2. Urbanização.
 - 5.1.3. Os problemas das cidades em Angola.
- 5.2. As áreas rurais: sua valorização.
- 5.3. A planificação ecológica no ordenamento do território.
 - 5.3.1. Gerir o território.
 - 5.3.2. O que é o ordenamento do território?

Termos/noções básicas/conceitos:

Áreas Urbanas	Áreas Peri-urbanas
Urbanização	Ambiente Insalubre
Condições de Vida	Resíduos Sólidos
Crescimento Populacional	Desenvolvimento
Infra-Estruturas	Natureza
Poluição	Planeamento
Áreas Suburbanas	Ordenamento do Território

Sugestões metodológicas:

Com a abordagem do tema, pretende-se que os alunos adquiram e consolidem conhecimentos sobre a importância e o papel das áreas urbanas; os seus principais problemas, vantagens/desvantagens da dispersão/concentração da população, importância das áreas rurais e a valorização dos seus recursos, assim como o reconhecimento que o ordenamento do território assume perante uma correcta articulação entre a ocupação do espaço pelas populações, os recursos, o ambiente e o desenvolvimento.

Assim, com a abordagem deste tema pretende-se que:

- › Se analise a distribuição e localização dos principais aglomerados populacionais em Angola;
- › Se analise as vantagens e limitações existentes em relação às fracas e fortes concentrações de populacionais, reflectindo-se nas consequências que têm sobre a população;
- › Se refiram causas do surgimento de áreas suburbanas e periurbanas, sobretudo nas principais cidades do país;
- › Se analisem os principais problemas das cidades de Angola, privilegiando a reflexão sobre o caso particular de Luanda;
- › Se compare, ainda que de forma breve, desigualdades espaciais nas principais cidades angolanas tendo em atenção a sua dimensão e diferenciação funcional, económica e social;
- › Se analisem as condições de vida da população em áreas urbanas, procurando soluções que contribuam para a satisfação das necessidades da população;
- › Se estabeleçam as diferenças entre espaço urbano e espaço rural, reflectindo-se nos desequilíbrios sociais e económicos acentuados, prevacentes nas áreas rurais angolanas;
- › Se evidencie como a localização de determinados tipos de indústrias – ligados sobretudo à agricultura, silvicultura, pecuária e caça autorizada, locais – e a satisfação das necessidades básicas da população constituem factores que permitem valorizar as áreas rurais;
- › Se analise como o aproveitamento dos valores das paisagens naturais e/ou culturais são factores que permitem potencializar as áreas rurais;
- › Se refira como a construção e/ou melhoramento das vias de comunicação, a multiplicação e diversificação dos serviços constituem factores de atracção para a fixação das populações;
- › Se explicito o conceito de ordenamento do território, salientando as suas finalidades;
- › Se refiram os instrumentos fundamentais da organização do território;
- › Se evidencie a importância que reveste a análise dos impactos ambientais no desenvolvimento das regiões e na organização física do espaço.

AVALIAÇÃO

A prática pedagógica tem demonstrado que a direcção, a orientação e o controlo do processo de ensino e aprendizagem só é efectiva quando nela se evidencia uma pedagogia activa, isto é, quando o aluno é considerado como o centro desse processo, pois é ele quem está num processo de aprendizagem.

No processo de ensinar/aprender, estabelece-se uma interacção entre o professor e o aluno, numa relação dinâmica com o saber e o desenvolvimento do “saber fazer” e do “saber ser”, traduzida na aquisição de conhecimentos e no desenvolvimento de habilidades/competências e de atitudes/valores.

Ao professor corresponde aplicar com rigor e objectividade os instrumentos que permitam valorizar, por um lado, a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades/competências e atitudes/valores do aluno e, por outro, valorizar criticamente a sua própria intervenção nesse processo.

Esse instrumento é a avaliação, que requer coerência conforme o modelo pedagógico e a especificidade das disciplinas.

A avaliação deve possibilitar a verificação do nível de desenvolvimento do aluno, individual e colectivamente, de acordo com as normas estabelecidas.

Na disciplina de Geografia, o nível de desenvolvimento do aluno, num dado momento, é determinado pelo grau de assimilação dos conhecimentos físicos e económicos que estão em estreita relação com os elementos geográficos, pelas habilidades/competências desenvolvidas durante o trabalho com representações geográficas e outras fontes de informação geográfica; o nível de desenvolvimento do aluno determina-se também pelas atitudes e valores demonstrados perante o espaço que ele próprio ocupa e perante os problemas e fenómenos que nele decorrem.

A avaliação dos conhecimentos relativos às habilidades e às atitudes/valores na disciplina de Geografia implica a recolha de informações e a elaboração de juízos de valor, de forma quantitativa e qualitativa, bem como decisões adaptadas às particularidades de cada aluno, tendo a avaliação uma função reguladora do processo de ensino/aprendizagem. Deve ter-se presente que cada acto de aprendizagem é único e cada aluno é um ser diferente, pelo que não se pode pretender que todos os alunos evidenciem o mesmo ritmo e nível de aprendizagem e os mesmos comportamentos.

Mediante a avaliação, o professor aquilata o rendimento do aluno, obtém informações das suas particularidades individuais, da sua dedicação ao estudo e do seu estilo de trabalho. Ela permite-lhe valorizar a qualidade e efectividade da sua própria acção docente, ajustar o seu trabalho e definir estratégias alternativas num duplo sentido: pedagógico e geográfico.

A avaliação do conteúdo geográfico no 1º Ciclo do Ensino Secundário deve, entre outras questões:

- › Permitir ao professor constatar e valorizar os resultados da aprendizagem do aluno através da assimilação de noções básicas/conceitos, através do conhecimento do conteúdo de mapas, da compreensão de aspectos básicos de teorias científicas/geográficas, da memorização, da escrita correcta de nomes e termos geográficos, etc., do desenvolvimento de habilidades/competências programadas, especialmente a leitura de mapas; são igualmente importantes a orientação e determinação de coordenadas geográficas, distâncias, dimensões e diferenças horárias, a elaboração e interpretação de tabelas, gráficos, diagramas e esquemas simples.

Deve, ainda, através da autonomia na execução de tarefas, em relação com o conjunto de noções básicas/conceitos e de habilidades/competências desenvolvidas:

- › Contribuir para o desenvolvimento dos interesses cognitivos do aluno e a aplicação e melhoramento dos seus conhecimentos, habilidades e competências, assim como favorecer a sistematização, o aprofundamento e a solidez dos conteúdos geográficos adquiridos pelo aluno;
- › Contribuir para a formação de atitudes/valores nos aspectos ético, moral e participativo; estimular a actividade cognitiva, as qualidades de cooperação, a valorização crítica na análise das próprias dificuldades e o auto-controlo do aluno.

A avaliação de conhecimentos, habilidades, competências e das atitudes/valores do aluno.

A avaliação do conteúdo geográfico deverá considerar a integralidade, ou seja, abranger o aluno no seu todo.

Uma avaliação integral requer um controlo objectivo e efectivo, sendo necessário que cumpra, entre outros, os seguintes pré-requisitos:

- › A integralidade, que se refere à quantidade e qualidade dos conhecimentos, sejam eles de uma parte da lição, uma lição completa, um tema ou vários temas que compreendam o programa;
- › A sistematização, que consiste na planificação rigorosa da avaliação. Noutras palavras, planificar o que é necessário avaliar e em que momento. Responde à necessidade de realizar uma avaliação contínua dos conhecimentos, das habilidades/competências e das atitudes/valores em ordem crescente de dificuldade, de acordo com a estruturação dos conteúdos programáticos;
- › A individualização da avaliação, dirigida a garantir a discriminação, por parte do professor, das particularidades do trabalho que cada aluno realiza e das estratégias necessárias a fim de introduzir os mecanismos de correcção;
- › A diferenciação da avaliação, que permite estabelecer com precisão o que é que o aluno sabe, quais as habilidades/competências e as atitudes/valores desenvolvidas, o que é que desconhece e não tem desenvolvido conforme o conteúdo geográfico do programa;
- › A objectividade da avaliação, que responde à planificação de actividades variadas que permitam a recolha de informações reais para fazer uma valorização correcta da aprendizagem e evolução do aluno;
- › A eficiência da avaliação do conteúdo geográfico, determinada pela sua condição de poder valorizar a efectivação dos objectivos específicos do programa;
- › Também, a avaliação do conteúdo geográfico deve ter um carácter público para que o aluno compreenda as suas deficiências e o porquê da valorização a ele feita. Este pré-requisito tem grande importância educativa para o desenvolvimento do espírito crítico e autocrítico da sua actuação.

Instrumentos de avaliação

O sistema de ciências geográficas oferece um amplo campo para a aplicação diversificada de instrumentos de avaliação, desde a localização de objectos

geográficos até às técnicas simples de pesquisa, de maneira a permitir fazer uma valorização correcta dos níveis de raciocínio do aluno no processo mental da análise/síntese acerca de determinado problema ou dos efeitos de causa/consequência.

Assim, no desenvolvimento dos conteúdos programáticos de Geografia do 1º Ciclo do Ensino Secundário, e em correspondência com os objectivos específicos, devem ser objecto de avaliação:

- › O interrogatório oral individual, através do qual são formuladas perguntas para que o aluno demonstre, com a sua resposta, a quantidade e qualidade dos conhecimentos e o nível de desenvolvimento das suas habilidades;
- › Os trabalhos realizados pelo aluno (individual e/ou em grupos), atendendo à aquisição de novos conceitos. Os trabalhos com mapas; a construção de esquemas, gráficos e tabelas; a recolha e tratamento de informações; a exploração de documentos vários; a organização de exposições de trabalhos realizados, entre outros;
- › Os trabalhos/projectos ao nível da turma e da escola, de entre os quais podem exemplificar-se os inquéritos/entrevistas, os inventários, os estudos de caso, as visitas de estudo. Nesta avaliação, o professor deve considerar o processo de elaboração e não apenas o produto final;
- › As provas e exames devem permitir uma avaliação abrangente, devendo conter questões dirigidas à compreensão e aspectos que permitam a aplicação dos conhecimentos adquiridos, bem como outras que possam revelar as habilidades e as capacidades desenvolvidas pelo aluno.

Na avaliação dos conteúdos geográficos, as provas e exames devem ter duas componentes: a componente para a avaliação do sistema de conhecimentos (o saber), e a componente para a avaliação das habilidades desenvolvidas.

A avaliação das atitudes/valores é a mais complexa. Exige do professor uma observação sistemática das formas de actuação do aluno, a par das relações de comunicação e participação desenvolvidas na turma, na escola e na comunidade.

Este tipo de avaliação pode ser aplicada através de fichas de observação que o professor elabora para permitir o registo, em diferentes momentos e situações, das atitudes/valores evidenciados.

No processo de avaliação sistemática e integral, o professor deve ter presente a avaliação do desenvolvimento das noções de rigor, honestidade, justiça, participação e responsabilidade evidenciadas pelo aluno.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- __ A Evolução das Fronteiras de Angola. Arquivo Histórico Nacional. Ministério da Cultura. Lito Tipo, Lda. Luanda, 1997.
- ANTUNES, João. Geografia. Ensino Básico 9.º Ano. Plátano Editora. Lisboa, 1996.
- ANTUNES, João. Ciências do Ambiente. Plátano Editora. Lisboa, 1991.
- __ Apontamentos da Disciplina de Demografia. Versão Preliminar. Ano lectivo 1991/92. Faculdade de Economia. Universidade Agostinho Neto. Luanda, Julho de 1992.
- __ A Situação da População Mundial 2005. UNFPA.
- __ Atlas Geográfico. Ensino Secundário. Macmillan, 2005.
- __ Cadernos de População e Desenvolvimento. Ano I, Vol. 1, N.º 1, Jan. - Jun. 1992. Núcleo de Estudo da População. Ministério do Plano. FNUAP/DESD - Projecto ANG/90/PO2. SOPOL, SARL.
- __ Cadernos de População e Desenvolvimento. Ano III, Vol. 4, N.º 1, Jan. - Jun. 1995. Núcleo de Estudo da População. Ministério do Planeamento e Coordenação Económica. FNUAP/DESD - Projecto ANG/90/PO2.
- __ Cadernos de População e Desenvolvimento. Ano V, Vol. 9, N.º 1, Fevereiro de 2005. Departamento de Estudo e Prospectiva. Ministério do Planeamento. Projecto AGO/5/P201/101.
- CAETANO, Tomas Pedro. A Importância das Florestas na Manutenção dos Equilíbrios Ecológicos. Trabalho apresentado no 1.º Fórum Nacional do Ambiente. Luanda, 1999.
- CARVALHO, Ana, ARAÚJO, Anabela. Uma Geografia de Portugal. 10º Ano Ensino Secundário. Edições ASA. Porto, 1999.
- __ Comissão para Harmonização da Ortografia Toponímica da Divisão Político - Administrativa. Unidades Territoriais. Comissão Técnica. Luanda, Novembro de 2004.

CASTANHEIRA DINIZ, Alberto. Angola. O Meio Físico e Potencialidades Agrárias. Cooperação Portuguesa. Instituto de Cooperação Portuguesa. Fevereiro de 1998.

__Dados estatísticos do Sector Petrolífero 1990 - 2002. Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística. Ministério dos Petróleos. 2003.

DE SOUSA BETTENCOURT, José. Subsídio para o Estudo Sociológico da População de Luanda. Instituto de Investigação Científica de Angola. Nova Editorial Angolana, S.A.R.L - Luanda - Outubro - 1966.

__Dicionário Universal. Língua Portuguesa. Novos Vocábulos. Antropónimos. Topónimos. Estrangeirismos. Edição Revista e Atualizada. 1.^a Edição Luanda Editora. Luanda, 2003.

DO AMARAL, Ilídio. Ensaio de um Estudo Geográfico da rede Urbana de Angola. Junta de Investigações de Ultramar. Estudos, Ensaios e Documentos N.º 97. Bertrand (Irmãos), Lda. Lisboa, 1962.

DUARTE MORAIS, Maria Luisa. A Costa Angolana. Sua evolução e Compreensão. Curso de Aperfeiçoamento e Superação Pedagógica para Coordenadores Provinciais e Professores de Geografia. Luanda, 18 de Novembro a 14 de Dezembro de 2002.

__Estatística Anual 2002. Ministério dos Transportes.

__Estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade (2007 - 2012). Projecto de estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP).Ministério do Urbanismo e Ambiente. Junho 2006.

__Geografia de Angola. 2.º Volume. Ensino de Base- 8.^a Classe. Ministério da Educação. Impresso na Jugoslávia.

__Geografia. Ensino de Base. 8.^a classe. NORPRINT, 1999.

GOMES DA SILVA, Armindo Mário. A gestão da água como recurso natural. Curso de Aperfeiçoamento e Superação Pedagógica para Coordenadores Provinciais e Professores de Geografia. Luanda, 18 de Novembro a 14 de Dezembro de 2002.

GOMES, Ana, SANTOS BOTO, Anabela. Fazer Geografia. Meio Natural. Geografia 3.º Ciclo. Porto Editora. 2002.

__ Grande Atlas Universal. Selecções de Reader's Digest. Edição Portuguesa. 1.ª edição. Janeiro de 1998.

__ Grande Dicionário Visual da Ciência, Verbo, Lisboa. 1998.

__ Guia Turístico. Angola 2005. Português/Inglês. África Today. Coleção África.

JACINTO, Elisabete, PINA, M.ª Eduarda. Guia de Aprendizagem. Ciências do Ambiente. Unidade 78. Elementos Climáticos e Factores que os Condicionam. Ensino Básico Recorrente. Plátano Editora. 1.ª Edição. Março 97.

KIALA, José. Características Gerais da População Angolana. Tema apresentado no Curso de Aperfeiçoamento e Superação Pedagógica para Coordenadores Provinciais e Professores de Geografia. Luanda, 18 de Novembro/13 de Dezembro de 2002.

LAWRENCE, Eleanor, VAN LOON, Borin. Fenómenos Atmosféricos. Um guia para reconhecer os diferentes fenómenos atmosféricos e compreender as suas causas. Plátano. Edições Técnicas.

LARANJO, José Manuel, SOBRAL HENRIQUES, Lucinda, LEANDRO, Manuela, GOMES, M.ª Margarida. Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social. 2.ª Parte. Porto Editora. Portugal, 2005.

__ Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo. Lei n.º 3/04 de 25 de Junho. Ministério do Urbanismo e Ambiente. República de Angola, 2006.

__ Memorando sobre o estado actual e perspectivas do sector da Educação. Ministério da Educação. Novembro 2003.

__ MICS Inquérito de Indicadores Múltiplos. Avaliando a Situação das Crianças e das Mulheres Angolanas no Início do Milénio. Relatório Analítico. UNICEF-Instituto Nacional de Estatística, Luanda, 2002

MIRANDA, Lucas. As Áreas de Protecção Ambiental em Angola. Curso de Aperfeiçoamento e Superação Pedagógica para Coordenadores Provinciais e Professores de Geografia. Luanda, 18 de Novembro - 14 de Dezembro de 2002.

__ Monografia da República de Angola. Governo de Unidade e Reconstrução Nacional.

MORAIS, Miguel, TORRES FORTUNATO, Olívia, MARTINS, Maria José. Biodiversidade Marinha e Costeira em Angola. Identificação e Análise de Pressões de Origem Antropogénica. Projecto de Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade (NBSAP). Ministério do Urbanismo e Ambiente. Janeiro 2006.

MOTA, Raquel, POILDO, M.^a José, ATANÁSIO, João. Geo 9. Geografia 9.º Ano. Plátano Editora. Lisboa, 1997.

__ Plano de Acção do Programa do País (CPAP) 2005 - 2008 Para o Programa de Cooperação entre o Governo de Angola e o Fundo das nações Unidas para a População.

__ Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação. Documento de Discussão (segunda versão). Seminário Nacional de Validação da Política e da Lei das Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação 21 - 22 de Setembro de 2006. Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Ministério do Urbanismo e Ambiente. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Luanda - Angola.

__ Primeiro Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola. Programa de Investimento Ambiental. Ministério do Urbanismo e Ambiente, 2006.

__ Primeiro Relatório Nacional para a Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica. Ministério do Urbanismo e Ambiente. Projecto 00011125 - Estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP). UNDP. GEF. Agosto de 2006. Luanda-Angola.

__ Projecção da População do País por Províncias e Grupos Quinquenais de Idade para o Período 1985/2010. Boletim Demográfico N.º 9. Instituto Nacional de Estatística. Departamento de Demografia e Inquéritos.